

002/88

Ives Gandra da Silva Martins

O PANORAMA LATINO-AMERICANO (*)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Titular de Direito Econômico
da Faculdade de Direito da Universidade
Mackenzie e Presidente da Academia Internacional
de Direito e Economia.

JOSÉ CARLOS GRAÇA WAGNER,
Professor do Centro de Estudos de Extensão
Universitária - CEEU e Presidente do Instituto
de Estudos da Liberdade no Direito
e na Economia - "LIBERTAS".

O ano de 1988 deverá marcar o mais difícil ano da Economia Latino-Americana, com dificuldades insuspeitadas no campo político e social.

Os indícios de uma crise mundial são evidentes. As autoridades dos países mais desenvolvidos procuram estimular a confiança necessária, mas professores universitários e os especialistas sabem que será um ano particularmente complicado para os países desenvolvidos com reflexos dramáticos para os países menos desenvolvidos.

A instabilidade das Bolsas mundiais -apenas não gerando uma crise mundial semelhante à de 1929, em face da intervenção imediata e articulada de todos os governos- assim como a fragilidade, irrecuperável a curto prazo, do dólar, leva-nos a prever que, se bem administrada, a crise gerará apenas recessão, mas, se mal administrada pelos 7 grandes países, o mundo poderá ingressar em profunda depressão.

(*) Estudo preparado a pedido da Universidade de Tankang de Taipé - Taiwan, República da China, para o 1º Simpósio Internacional sobre a América Latina (Taipé 17 e 18/01/88).

Tal problema não é de solução a curto prazo, razão pela qual seus efeitos perturbadores serão sentidos por todos os países.

O terceiro problema diz respeito ao "deficit" na balança comercial, cuja diminuição almejada acarretará o retorno de técnicas protecionistas a inviabilizarem uma evolução favorável do comércio internacional no próximo ano. A adoção de uma política redutora do "deficit" afetará todos os países, mas principalmente os menos desenvolvidos, já enfrentando sérios problemas de administrabilidade de suas Economias.

O quarto problema diz respeito à manutenção, em patamares ainda preocupantes, do preço do petróleo, impossível de ser reduzido e até correndo o risco de elevação, em face da interminável guerra Irã-Iraque, cujas consequências de agravamento não foram totalmente dimensionadas.

O quinto e último problema refere-se à dívida do terceiro mundo, em torno de 1 trilhão de dólares, que todos sabem que não pode mais ser paga, mas que ninguém sabe como repartir seus efeitos negativos, sem que abalem seriamente o sistema mundial.

Ives Gandra da Silva Martins

O seu tamanho leva os bancos privados a não emprestarem mais dinheiro estável para os países endividados, se não para a rolagem, em momento em que a não entrada de novos investimentos agrava a crise e torna mais difícil o pagamento da dívida.

Nestes países, o gradual sucateamento de sua nascente indústria tira-lhes competitividade no comércio internacional, podendo, em face da possível recessão mundial, provocar saldos decrescentes em sua balança e problemas crescentes de administração de suas Economias.

Por outro lado, o sistema financeiro internacional ainda não encontrou um caminho hábil para absorver a possível perda de um trilhão de dólares, criando impasse maior na solução, na medida em que sabe que não pode prescindir destes recursos, sem sérios golpes em suas reservas e captações, mas sabe também que os países endividados não têm como pagar, transformando-se o diálogo presente entre uns e outros, em diálogo de surdos e mudos.

Acresce-se problema deliberadamente afastado do exame das causas deste endividamento, qual seja, a dupla irresponsabilidade, que empurrou os bancos a emprestarem, sem garantias, para os países em desenvolvimento, à falta de clientes mais seguros, quando do 1º choque do petróleo,

Ives Gandra da Silva Martins

de um lado, e depositantes menos tradicionais e mais inquietos, de outro, o que acarretou a flutuação de taxas, àssim como os países sub-desenvolvidos a receberem tal dinheiro, não cuidando de aplicá-lo bem.

Pagarão credores e devedores pela dupla irresponsabilidade passada, de forma que este preço necessariamente afetará a "performance" da Economia mundial em 88.

Por outro lado, a crise econômica nos países do leste europeu, China Continental e outros dominados pelo socialismo, que os está levando à abertura para uma economia de mercado, fatalmente trará a necessidade de uma abertura política, com crises insuspeitadas para os regimes comunistas, pouco afeitos a ela e para cuja administração não cremos que estejam treinados suficientemente.

A tais problemas do primeiro e do segundo mundo, devem-se acrescentar os problemas próprios, gerados pelos governos do terceiro mundo, especialmente os da América-Latina.

Em pleno ano de 1987 discutem-se teses econômicas e políticas sepultadas na reflexão acadêmica desde a década de 50 e que se têm constituído em fracasso rotundo nos países que as tentaram aplicar.

Os governos da América Latina têm tendido a acreditar que o Estado é o verdadeiro promotor do bem-estar social e da Economia, razão pela qual procuram gradualmente suprimir a iniciativa privada, substituindo-a pelas empresas estatais, as quais, todavia, revelam-se ineficientes, onerosas para o cidadão e sem competitividade, salvo raras exceções, no plano internacional.

Quando os países socialistas principiam a abandonar o planejamento global da Economia e dão sinais evidentes de abertura para uma Economia de mercado, nos países latino-americanos há uma tendência de, gradativamente, aumentar-se a participação do Estado no domínio econômico, com desestimuladores processos de afastamento da iniciativa privada.

O primeiro deles é o preconceito crescente ao capital estrangeiro de risco, sem perceberem seus governos que das três formas de investimento internacional conhecidas (empréstimos, transferência de tecnologia e capital de risco) a melhor é a recepção de capitais de risco e a pior a dos financiamentos, cujos juros devem ser pagos, sejam ou não os financiamentos bem administrados.

O segundo é uma generalizada tendência ao não controle das despesas governamentais, que tendem a ser administradas de forma lassa, crescendo na medida em que o "deficit" das empresas estatais aumenta, pelo aumento da participação do Estado no mercado.

A falsa impressão de que a iniciativa privada tem uma elasticidade infinita em produzir riquezas, de tal forma que elas podem ser transferidas para os cofres oficiais, acarreta crescente endividamento público, aumento permanente de departamentos, instituições, funcionários e empresas do Estado, com desmesurada necessidade de sucção dos recursos privados eficientes para a ineficiente máquina governamental.

O terceiro problema é que o fracasso continuado de combate aos "deficits" públicos, por falta de vontade política de austeridade, faz com que o poder tenha que transferir a imagem de que seu fracasso não é seu, mas provocado pela iniciativa privada "ávida de explorar o povo", com o que aqueles que produzem passam a ser difamados pelos que erram, como se o erro fosse dos certos e não dos errados.

O quarto problema é que, neste ambiente, a tendência é de desincentivo aos investimentos, com o que se gera recessão.

A não diminuição, por outro lado, da máquina, em grande parte inútil dos governos, acarreta, como consequência adicional, a necessidade crescente de mais imposição fiscal, maior emissão de moeda, maior pressão sobre o sistema financeiro, de tal forma que tais países passam a viver com alta recessão e alta inflação.

A crise social decorrente provoca instabilidade política, em que um sistema pendular se estabelece com regimes de exceção criados, como no Chile, Paraguay, Nicarágua e Cuba, para melhor administrar o processo, conforme seja a linha de livre mercado ou socialista, ou com democracias precárias, tais como as instaladas na Argentina, Perú, Brasil, Bolívia, em que o ideal democrático é maior do que a própria prática.

É que o grande problema da América Latina reside, menos nas ideologias que se digladiam e mais no tamanho da tecno-burocracia, quase sempre preconceituosa em relação à iniciativa privada, a qual torna qualquer país inadministrável, vivendo ou sob regime de exceção ou sob uma precária democracia.

À evidência, a esquerda política colhe melhores dividendos que os liberais, na medida em que a técnica de conquista do poder pelos socialistas apurou-se nas últimas décadas, de forma mais acentuada que a dos liberais.

Ives Gandra da Silva Martins

Os liberais buscam sempre o poder pela democracia e só excepcionalmente admitem um regime de exceção' como transição. A esquerda não. Busca sempre o regime de exceção, embora admita a democracia precária como transição. Uma vez instalada, no poder, a esquerda é necessariamente patrulhadora ideológica, tendendo a suprimir gradativamente os direitos de seus opositores.

Os liberais, não. Mesmo quando levados a submeter-se a um regime de exceção, controlam menos seus opositores de esquerda que os esquerdistas os seus opositores liberais, quando instalando regimes de exceção.

De qualquer forma, o cenário latino-americano, em face de tais problemas que se acrescem aos problemas da conjuntura mundial, é extremamente preocupante para 1988.

Nosso país não é exceção à regra. Com um governo controlado por - um Parlamento com poderes constituintes, em que a Esquerda se instalou, administrando até o presente os espaços conquistados, assim como, esmagado por uma máquina burocrática preconceituosa em relação aos capitais privados, vive hoje um processo desastroso de recessão e inflação, sofrendo sua precária democracia sérios riscos de desestabilização, se medidas não forem tomadas a tempo.

Ives Gandra da Silva Martins

Creemos, todavia, que o processo de reversão deste quadro pode ser conseguido em 88, no Brasil.

De início, em face de a grande maioria do Parlamento, que não é da esquerda, ter percebido que a minoria o dominava, iniciando salutar reformulação conceitual e retomada de espaços, o que pode permitir prever uma futura Carta Constitucional, não necessariamente de Esquerda.

Em segundo lugar, por que a iniciativa privada nacional já percebeu que é questão de sobrevivência lutar contra a instabilidade dos estatizantes, que, em dois anos, atrasaram o desenvolvimento da 8a. economia do mundo, em níveis de PNB.

Em terceiro lugar, porque o povo já não acredita na Esquerda enquistada no poder e as últimas pesquisas populares demonstram que mais de 2/3 da população, se houver novas eleições, não votarão naqueles que hoje dominam o Parlamento e o Executivo.

Ives Gandra da Silva Martins

Em quarto lugar, porque as potencialidades naturais do país, colocam-no como uma das grandes esperanças do mundo, se administrado corretamente.

Em quinto lugar, porque o povo hoje já tem consciência de que a razão de todos os males brasileiros encontra-se exclusivamente no tamanho da máquina estatal, que principia a receber ataques de todos os segmentos da sociedade.

Em sexto lugar, porque os pensadores conscientes do país, e a grande maioria dos meios de comunicação principiam, didaticamente, a demonstrar ao povo esta realidade conjuntural, eliminando grande parte do populismo fácil e substituindo-o pelo conhecimento "real" da realidade.

À evidência, uma eventual reformulação dos quadros nacionais políticos e econômicos, por novas eleições -hoje um clamor generalizado- abrirá novas perspectivas, acreditando que nenhum governo conseguirá ser eleito, se não tiver como primeiro e único objetivo reduzir o tamanho do Estado.

Neste quadro pessimista, portanto, que traçamos do cenário mundial, latino-americano e brasileiro, terminamos esperançosos de que conseguiremos, não obstante tudo, superar, no Brasil, a crise mundial, se alterados os objetivos que até hoje dificultam sua evolução, desde o advento da denominada "Nova República".

Ainda que o Estado seja necessário como instrumento de coordenação do esforço comum dos homens para a plena realização dos integrantes da sociedade, torna-se odioso quando transformado em mera máquina de concentração do poder para o usufruto daqueles que ou o conquistaram ilegítimamente ou, após a sua assunção, tornam ilegítimo o exercício da autoridade que dele emana.

O Estado tem a sua dimensão própria e, dentro dela, serve à própria natureza do ser humano. Mas se a extravasa, sufoca o homem e destrói o que lhe é essencial: a liberdade, cujo dom se confunde com o dom da vida.

Creemos que o mundo principia a compreender, em face da crise em que está, que apenas esta perspectiva possibilitará a plena realização do ser humano e que, na medida em que as leis sejam feitas para os cidadãos e não para o governo, tanto mais a liberdade e o progresso acompanharão o homem em sua aventura sobre a terra.

Ives Gandra da Silva Martins

Sentimos que o mundo inteiro se abre para a plena realização do indivíduo, que deve controlar o Estado e não ser por ele controlado, razão pela qual, não obstante os problemas distintos que teremos, os senhores e nós, que enfrentar em 88, continuamos otimistas.

O homem tem na sua natureza algo superior, que transcende as leis humanas e nos momentos mais difíceis consegue superar-se e às expectativas.

Assim tem evoluído a humanidade e certamente conseguiremos superar, graças a esta força sobrehumana, os momentos difíceis que se avizinham, desde que submetamos o Estado ao cidadão e compreendamos que de todos os direitos, depois daquele concernente à vida, o que é mais sagrado para o homem, é o ~~da~~ liberdade.

direito à